

DA FOME EPIDÊMICA E ENDÊMICA A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A GEOGRAFIA DA FOME E OS DADOS DA PNAD 2004

Cleder FONTANA¹

Rosa Elena NOAL²

Sandro de Castro PITANO³

Resumo

O presente artigo problematiza uma aproximação entre a *Geografia da fome* (1946), de Josué de Castro, com os dados de insegurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004. Para alcançar tal objetivo parte-se da colocação da fome como uma impossibilidade material; retoma-se as concepções de fome endêmica e de fome epidêmica em Castro e as definições de fome e insegurança alimentar do IGBE; frisa-se as particularidades dos dados e as diferentes delimitações geográficas utilizadas nos dois momentos para apresentar e representar cartograficamente as duas condições históricas e geográficas. Nesse processo, percebe-se similaridades e particulares em relação aos mesmos, ambos marcados pela acentuada presença da fome no território brasileiro.

Palavras-chave: Geografia. Fome. Insegurança alimentar. Brasil.

Resumé

De la faim épidémique et endémique à l'insécurité alimentaire au Brésil: un rapprochement entre la géographie de la faim et les données de la PNAD 2004

Cet article décrit une approche entre la géographie de la faim (1946), de Josué de Castro, avec les données de l'insécurité alimentaire de la Recherche National par sondage domiciliaire de 2004. Pour achever cet objectif on commence par le placement de la faim comme une impossibilité matérielle; on reprend les conceptions de la faim endémiques et de la faim épidémique chez Castro et les définitions de la faim et l'insécurité alimentaire selon l'IGBE; on souligne les particularités des données et des différentes unités géographiques utilisées aux deux moments pour présenter et représenter cartographiquement les deux conditions historiques et géographiques. Dans ce processus, on constate des similitudes et particularités par rapport à eux, également marqués par la forte présence de la faim dans le territoire brésilien.

Mot-clés: Géographie. Faim. Insécurité alimentaire. Brésil.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: clederfontana@gmail.com

² Doutora em Geografia (USP), professora Associada do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPel). E-mail: recnoal@gmail.com

³ Doutor em Educação (UFRGS), professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPel). Rua Santa Cruz, 987 Centro Pelotas-RS CEP 96015-710. E-mail: scpitano@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em 1946, Josué de Castro publicava a *Geografia da fome*, obra resultante da experiência e do esforço dedicado ao estudo da fome e das condições alimentares no Brasil, desde a década de 1930. Além de definir, apresentar e caracterizar as áreas alimentares do Brasil, através das concepções de fome endêmica e de fome epidêmica, a obra de Castro proporcionou uma nova interpretação para as causas da fome no nordeste brasileiro. Esse trabalho, mais do que base para outros estudos do autor, sobretudo, *Geopolítica da fome*, é referência para estudar a fome no Brasil. Sobre a *Geografia da fome*, se não bastassem as publicações (ABRAMOVAY, 1996; 2008 e ANDRADE, 2003; 2004) e os dados atuais que a explicitam (IBGE, 2006, IBASE, 2008 e FAO, 2009), a permanência da relevância de temas abordados, tais como, relações sociedade natureza, questão ambiental, reforma agrária, desenvolvimento etc., fazem com que seja um truísmo falar em sua atualidade.

Com o intuito de conhecer a condição de segurança alimentar (SA) no Brasil, em 2004, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), um levantamento detalhado sobre o tema. Tal pesquisa, baseada na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), permitiu mensurar a insegurança alimentar (IA) no Brasil. De acordo com a gravidade, o IBGE classificou a IA em três níveis: leve, moderada e grave (respectivamente, IAL, IAM e IAG). Conforme o estudo, mais de 72.259.500 (39,69%) da população brasileira estava em IA.

Além de retomar a *Geografia da fome* e as concepções de fome epidêmica e de fome endêmica, este trabalho busca apresentar e representar, através da cartografia temática, os dados de IA da PNAD 2004. Apesar dos 58 anos que separam a *Geografia da fome* da PNAD, das particularidades das definições e das especificidades dos dados de cada um desses dois momentos, entende-se ser possível (e frutífero) aproximar os mesmos. Desta forma, inicia-se abordando a fome enquanto impossibilidade material, apresentando as concepções de fome epidêmica e de fome endêmica em Castro e de IA do IBGE, além de retomar as condições de fome e IA nas duas conjunturas. Finalmente delineiam-se algumas considerações sobre os dois momentos, bem como sobre a continuação e a imposição da fome na atualidade.

SOBRE FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Criticando o idealismo hegeliano, no terceiro manuscrito econômico-filosófico, Marx (1989, p.200) afirma que "o *homem* é imediatamente *ser natural*". Para o autor, como ser natural, o homem é um ser ativo que possui forças naturais e forças vitais. Enquanto ser ativo, o homem possui disposições e capacidades, entretanto, a efetivação dessas carece de objetos exteriores, independentes dele. Marx entende que os objetos exteriores são imprescindíveis para a efetuação e confirmação das forças do homem. E, a partir disso, afirma:

A fome é um **carecimento** natural; precisa, pois, uma *natureza* fora de si, um *objeto* fora de si, para satisfazer-se, para acalmar-se. A fome é a necessidade confessa que meu corpo tem de um *objeto* que está fora dele e é imprescindível para a sua integração e para a sua exteriorização essencial (MARX, 1989, p.200).

Nesta concepção, para o indivíduo, a fome implica em ser tolhido enquanto possibilidade de ser; furtado enquanto existência; impedido de manifestar-se; de construir-se enquanto sujeito histórico: "[...] os homens devem estar em condições de viver para fazer

história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se [...]” (MARX, 1987, p.39). Nega-se esta condição aos que se encontram na atualidade, em termos globais, vivendo em um contexto histórico de produção de alimentos superior às necessidades, porém, despossuídos de acesso aos mesmos. Condição imposta por um sistema de acúmulo e, em alguns casos, de desperdício, que produz sem intenção de saciar a fome de ninguém, mas de reproduzir-se como sistema. Não alimentar-se, independente de ser em aspectos qualitativos ou quantitativos, diz respeito a uma imposição material. Desta maneira, a fome é o que leva a concretização do que, parafraseando Freire (1983, p.201), se definiria como uma “morte em vida”, ou seja, uma vida proibida de ser vivida.

Deve-se considerar que na não satisfação das necessidades alimentares quantitativas e qualitativas está incluída a questão da obesidade. Sawaya et al. (2003) apontam casos de famílias onde obesidade e subnutrição, contraditoriamente, convivem. As autoras explicam que, frente a episódios frequentes de fome, o mecanismo fisiológico pode “poupar energia e acumular gordura”, uma vez que a “gordura é o grande armazém energético do corpo e garantia para sobrevivência em tempos de fome” (SAWAYA, 2003, p.29).

Assim, a fome que interessa a esta discussão é a que está associada a um modelo social-econômico-material chamado de economia de mercado, assentado sobre a desigual apropriação dos bens, a exploração do trabalho e a exploração de recursos naturais. Enquanto modelo de acúmulo, o capitalismo impunha no Brasil, em 2004, segundo dados do IBGE (2006), a 39,69% da população a incerteza de alimentar-se, impedindo a efetuação das forças humanas, levando a um não realizar-se enquanto possibilidade.

Na Geografia clássica é recorrente a alimentação aparecer como um tema que compõe um capítulo de obra. Isso é o que faz, por exemplo, La Blache em *Princípios de geografia humana*, onde afirma que “entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação” (LA BLACHE, 1954, p.195). Os estudos de Josué de Castro, iniciados na década de 1930, tratavam da alimentação, entretanto, ao mesmo tempo, destacavam a questão da fome, sendo que a *Geografia da fome* e a *Geopolítica da fome* representam o seu ápice.

Em Castro, a definição de fome é recorrente. Fugindo de concepções unilaterais, o autor leva em consideração uma série de fatores. Na *Geopolítica da fome*, é reservado um capítulo para o que chama de “matizes da fome”. No mundo, segundo Castro (1961, p.85), a fome apresenta uma série de formas, desde a “fome total, da completa inanição [...] até os tipos mais discretos das fomes ocultas ou específicas, atuando sorrateiramente, quase sem sinais aparentes”. É a partir dessa afirmação que, antes de começar a descrever a fome no mundo, Castro põe-se, deliberadamente, a caracterizar os tipos de fome. O autor parte da fome total, das carências qualitativas e quantitativas que assolam populações inteiras, sobre as quais faz referências, por exemplo, aos campos de concentração da Europa na primeira metade do século XX. Entretanto, na sua concepção, existem outros tipos de fome que são “menos espetaculares, mas de significação social bem mais tremenda” (CASTRO, 1961, p.86). Essas são as fomes ocultas, ou seja, a fome das carências parciais. Estudando essas últimas, Castro frisa a importância das proteínas, minerais e vitaminas para se ter uma alimentação completa⁴.

Mais importante que a caracterização nutricional e fisiológica da fome, é o entendimento do autor de que ela não é mais do que a expressão biológica de um fenômeno social. É “um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (CASTRO, 1961, p.57). Ainda sobre a importância das preocupações em relação às causas da fome, o autor afirma que “a fome oculta constitui hoje forma típica de fome de fabricação

⁴ Por não ter pretensão de estudar aspectos nutricionais e fisiológicos a respeito da fome, não adentra-se na discussão sobre proteínas, minerais e vitaminas para se ter uma “alimentação correta”, entretanto a discussão completa encontra-se em Castro (1961, p.85).

humana” (CASTRO, 1961, p.90). Abordando a definição e a importância do conceito de fome, em 1965, em uma entrevista a Araújo Dantas (1984, p.115), Castro disse:

[...] antes só se empregava a palavra “fome” para designar os casos extremos observados em algumas regiões. Ora, a fome, na acepção rigorosamente científica do termo, não compreende apenas a inanição, mas sim todas as modalidades de deficiência alimentar, formas visíveis e formas ocultas, estas reveladas pelos exames laboratoriais ou pelos coeficientes de mortalidade de numerosas doenças, que não passam afinal de disfarces da fome. A fome é para mim a expressão biológica de males sociológicos, estando em íntima relação com as distorções econômicas.

Castro cunhou conceitos importantes, e uma das construções teóricas fundamentais é a que diz respeito à diferença entre *fome epidêmica* e *fome endêmica*. A fome epidêmica é conjuntural, atinge uma grande massa temporariamente, é a que leva a verdadeira inanição, a qual também chama de fome total. Já a fome endêmica ou fome oculta, é parcial, específica, constituída pela ausência permanente de certos elementos nutritivos no regime alimentar, ou seja, a pessoa come todos os dias, entretanto, não têm suas necessidades quantitativas e qualitativas saciadas, fazendo com que populações inteiras pereçam lentamente. A fome específica é considerada por Castro (2006, p.18), “como o fenômeno muito mais frequente e mais grave”. Cita a China e Nova Guiné como exemplos dos efeitos da fome parcial agindo sobre a população. Em ambos os países, “o fenômeno da fome parcial ou da fome oculta é socialmente muito mais grave do que o da fome aguda, embora desperte muito menos a nossa compaixão”.

Na Nova Guiné [...] de cada dez crianças que nascem, oito morrem antes de atingir a puberdade [...] as crianças nascem corroídas pela fome dos pais e se desenvolvem mal pelo uso de uma alimentação extremamente inadequada. Mesmo admitindo a hipótese de que uma terrível epidemia de fome aguda dizimasse de uma vez a população de Nova Guiné, ainda assim a epidemia se revelaria menos nociva do que a fome crônica reinante nessa área, porque ela só poderia atingir e matar os 20% que teriam sobrevivido aos efeitos depuradores da fome oculta, a qual costuma matar 80% dos nascidos naquela zona (CASTRO, 1961, p.87).

No entendimento de Castro (1960, p.19), a fome oculta, ou seja, as carências alimentares, levam “o organismo a um estado de incapacidade relativa, de baixa produtividade e de fraca resistência a todo um cortejo de outras doenças”. Esse tipo de fome atingiu mais de dois terços da população mundial no fim dos anos 1950. Abordando o crescimento da população e a fome no mundo, em um artigo de 1968, Castro preocupa-se com dois problemas que dizem respeito à fome: a insuficiência calórica e as deficiências protéicas. O primeiro problema consiste no não suprimento do total de energia que o corpo humano exige para desenvolver suas atividades com equilíbrio, já o segundo, refere-se ao insuficiente consumo de proteínas. E Castro vai além, apontando dados de que, no mundo existe uma concentração da não satisfação destes dois problemas, enquanto em termos mundiais o déficit de calorias é de 15%, nos então chamados países do terceiro mundo é de 40% (CASTRO, 1984, p.39).

Passados quase 60 anos da *Geografia da fome*, na PNAD 2004, o IBGE fala pouco em fome, optando pelo termo insegurança alimentar. Mais do que isso, deve-se deixar claro que a PNAD buscou conhecer as condições de segurança alimentar, o que também permitiu levantar os dados de insegurança alimentar e seus respectivos níveis. Portanto, ao considerar os dados da PNAD 2004, tem-se a necessidade de definir, além de fome, o que o IBGE entende por insegurança alimentar.

Por fome o IBGE (2006) entende uma “condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida”, ou seja, está relacionada diretamente a uma questão quantitativa. Além disso, considera que, no contexto estudado, ou seja, na pesquisa suplementar sobre segurança alimentar, “a fome é referida como uma condição involuntária, causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para a obtenção dos alimentos necessários”. Ela possui diversos graus e “seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for a carência de alimentos” (IBGE, 2006).

Já em relação à definição de IA, a qual foi utilizada para a coleta dos dados da PNAD 2004, o IBGE diz que nessa situação está o domicílio em que, no período de três meses antecedentes à entrevista, ocorreu pelo menos uma das quatro seguintes situações:

- a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou (IBGE, 2006).

Dessa maneira, a IA abrange os aspectos quantitativos, qualitativos e, inclusive, a preocupação com ambos, concomitantemente. A partir das definições de fome e insegurança alimentar do IBGE, não é difícil perceber que as mesmas possuem uma diferença considerável, ou seja, a utilização da condição de insegurança alimentar não representa apenas um eufemismo para a condição de fome. Pode-se concluir que, para o IBGE, ambas estão relacionadas à falta de alimentos, mas enquanto a primeira diz respeito a uma situação financeira que vai de uma preocupação psicológica a restrições em termos de ingestão de alimentos, a segunda está relacionada a uma sensação física.

Evidenciadas as definições de Castro e do IBGE, fica patente a diferença existente entre as mesmas: enquanto o geógrafo define fome a partir de um ponto de vista nutricional (proteínas, vitaminas e minerais) e como um problema social, uma “criação humana”, o IBGE define fome como uma sensação física e insegurança alimentar com uma condição financeira.

O BRASIL: DA GEOGRAFIA DA FOME À INSEGURANÇA ALIMENTAR

Josué de Castro dedicou grande parte de sua vida a denúncia do flagelo da fome. A *Geografia da fome* (1946), primeiro trabalho de maior vulto, foi dedicada ao estudo da fome no Brasil. Com ele o autor buscava analisar “as diferentes áreas de fome no Brasil, as manifestações de subnutrição neste país e sua influência como fator biológico na formação e evolução de nossos grupos humanos” (CASTRO, 2006, p.21).

No prefácio da primeira edição da *Geografia da fome*, Castro frisa a fome como um tema proibido, afirmando que para cada publicação sobre o mesmo, existem mil publicações sobre guerras, embora os estragos causados pela fome sejam muitos superiores aos causados pelas guerras. Por isso, a fome é entendida como um tabu e mais, o autor afirma que os

estudos sobre o tema o abordam a partir de aspectos unilaterais, o que acaba impedindo o surgimento de soluções efetivas.

Para superar tais visões unilaterais, Castro propõe estudar a fome fazendo uso do método geográfico, pois esse é o “único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total” (CASTRO, 2006, p.16). Dessa forma, o autor diz procurar “realizar uma sondagem de natureza ecológica”, entendendo a Ecologia como o “estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio” (CASTRO, 2006, p.16). Relaciona fatores biológicos e sociais como condicionantes dos tipos de alimentação e delimita um objetivo claro para a *Geografia da fome*:

[...] analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos, ligados a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionam o seu tipo de alimentação com suas falhas e defeitos característicos, e, de outro lado, procurando verificar até onde estes defeitos influenciam a estrutura econômica-social dos diferentes grupos estudados. Assim fazendo, acreditamos poder trazer alguma luz explicativa a inúmeros fenômenos de natureza social até hoje mal compreendidos por não terem sido levados na devida conta os seus fundamentos biológicos (CASTRO, 2006, p. 17).

Sobre a *Geografia da fome*, Abramovay (1996, p.1) afirmou que a obra representa uma construção interdisciplinar, que reúne o médico, o epidemiologista, o estudioso das relações sociais e o conhecedor do meio natural. Assim, a síntese desses elementos resulta na “primeira grande obra sobre os problemas ambientais brasileiros, vistos naquilo que mais interessam à sociedade: seu impacto sobre os homens” (ABRAMOVAY, 1996, p.1). Por meio dela, Castro denunciou ao mundo a pobreza das condições alimentares no Brasil. Para ter um panorama geral dessas condições, Castro (2006, p.16) afirma ter recorrido aos “princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra”.

Na *Geografia da fome* o autor não almejava estudar a fome individual, tanto no que diz respeito ao mecanismo fisiológico – quantidade de calorias e vitaminas necessárias; aproveitamento destas pelo organismo; relação peso altura e condições climáticas – quanto no seu aspecto subjetivo – o das sensações físicas e reações psicológicas causadas pela fome. Ao contrário, tinha como objetivo:

[...] analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho (CASTRO, 2006, p.18).

Castro pretendia estudar as diferentes áreas de fome e as manifestações de subnutrição no Brasil buscando compreender as influências de fatores biológicos na moldagem da cultura e da civilização. Entretanto, frisa que não tem intenção de pôr a primazia do biológico sobre o social: “O que pretendemos é pôr ao alcance da análise sociológica certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país” (CASTRO, 2006, p.21).

O Brasil, em função de sua extensão territorial, características naturais de clima, solo e biota, ocupação por diferentes grupos étnicos, comporta uma grande gama de áreas geográficas alimentares. Castro classifica o Brasil em cinco grandes áreas alimentares, cada uma “dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos refletindo [...] a influência marcante de seus tipos de dieta” (CASTRO, 2006, p.34). As áreas alimentares referidas são: Amazônica, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul. Porém, nem todas são áreas de fome. Na classificação do autor, são consideradas áreas de fome “aquelas que em pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição” (CASTRO, 2006, p.35). Entende que mais importante que o grau de carência alimentar, é a extensão numérica em que a fome incide sobre a população, ou seja, para que uma área possa ser considerada de fome, na sua concepção, é necessário que as deficiências alimentares incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem a população.

Castro afirma que três das cinco áreas alimentares brasileiras são, nitidamente, áreas de fome: a Área Amazônica, o Nordeste Açucareiro e o Sertão Nordestino. Entretanto, define o Sertão Nordestino como área de fome epidêmica (fome sazonal, restrita ao período das secas, quando a população, desprovida de recursos econômicos, não consegue alimentar-se adequadamente) e o Nordeste Açucareiro, como área de fome endêmica (fome permanente, onde mesmo não ocorrendo secas e com solos de boa qualidade, a fome estava atrelada as questões sociais). Nas três áreas de fome “vivem populações que em grande maioria – quase diria na sua totalidade – exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis da fome coletiva” (CASTRO, 2006, p.35). Nas duas outras áreas, a do Centro-Oeste e do Extremo Sul, Castro afirma que a alimentação está longe de ser perfeita, havendo desequilíbrios e carências alimentares, entretanto, não chega a ponto de atingir a maioria da população, ficando restrita a grupos e locais mais pontuais. Assim, o autor considera essas como áreas de subnutrição e não de fome.

A partir dessas caracterizações, Josué de Castro, em 1946, apresentava o *Mapa das áreas alimentares do Brasil* e o *Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil*, denunciando as condições alimentares no País, composto, de modo geral, por duas grandes áreas, uma de fome e outra de subnutrição.

A PNAD, que “tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (IBGE, 2006), é realizada desde 1967. Trata-se de um sistema por amostra de domicílios que tem propósitos múltiplos, isto é, alguns dados são investigados permanentemente, outros têm periodicidade variável, e alguns são incluídos de acordo com as necessidades (IBGE, 2006). Esses últimos são os chamados levantamentos suplementares, que é o caso da pesquisa sobre segurança alimentar realizada no ano de 2004, quando foram pesquisadas 399.354 pessoas em 139.157 unidades domiciliares distribuídas por todas as unidades da federação (IBGE, 2006).

Segundo o IBGE (2006), com o levantamento sobre SA foi possível “detectar e dimensionar no País os problemas de insegurança alimentar e de sua manifestação mais severa – a fome”. Por essa afirmação, através dos dados que compõem as tabelas publicadas pelo IBGE, é que se compreende ser possível elaborar uma visão mais ampla sobre a fome no Brasil no ano de 2004. A PNAD SA foi elaborada com a finalidade de identificar as residências com SA, mas ao mesmo, tempo permite diagnosticar os domicílios em insegurança alimentar e classificá-los em diferentes níveis, definidos pelo IBGE como leve, moderado e grave.

A metodologia utilizada pelo IBGE para mensurar a SA se dá de forma objetiva, ou seja, é um questionário que leva em conta, diretamente, a questão alimentar. Essas técnicas foram desenvolvidas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture – USDA) e já eram estudadas desde a década de 1980 por pesquisadores da Universidade de Cornell, que entendiam que as formas indiretas de se chegar a um coeficiente de SA é insuficiente. Sobre esse indicador direto, elaborado pelo USDA, o IBGE (2006) julga que o mesmo é adequado para elaborar “diagnóstico da condição

de segurança alimentar e indicar populações sob maior risco de insegurança, servindo, também, para observar o impacto de políticas públicas sobre a condição de acesso da população à alimentação adequada". Esta técnica de medida direta é desenvolvida, em âmbito internacional, desde a década de 1990, e foi aplicada em países como o próprio EUA e a Austrália. No Brasil, o processo de adaptação do método de medida direta resultou na elaboração da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) aplicada, primeiramente, nas cidades de Campinas (SP) e Brasília (DF).

Na fase de elaboração da EBIA, o IBGE realizou estudos quantitativos e qualitativos como forma de validar a escala. Esses estudos implicaram na realização de painéis e na criação de grupos focais para realização de uma pesquisa piloto. Disso resultou a proposta de uma escala com 15 perguntas, tendo validade confirmada, antes de ser incorporada a PNAD 2004, após a aplicação em cinco cidades: Campinas (SP), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Brasília (DF) e Cuiabá (MT).

A cada pergunta, que questionava um período equivalente até 90 dias antecedentes, o entrevistado respondia "sim" ou "não". Em caso de resposta afirmativa, buscava-se a frequência de ocorrência, oferecendo como alternativas: "em quase todos os dias", "em alguns dias" e "em apenas um ou dois dias". Pelo questionário, foi possível classificar os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. A pontuação correspondente a cada domicílio diz respeito ao número de respostas afirmativas, sendo que em domicílios com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, 0 ponto era considerado em SA, de 1 a 5 pontos em IAL, de 6 a 10 pontos em IAM e de 11 a 15 pontos em IAG. Já os domicílios com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, 0 ponto era considerado em SA, 1 a 3 pontos em IAL, de 4 a 6 pontos em IAM e de 7 a 9 pontos em IAG.

Os resultados da PNAD 2004 SA são publicados pelo IBGE em três diferentes e grandes escalas (Nacional, Grandes Regiões e Unidades da Federação). Para uma possível aproximação entre a *Geografia da fome* e os dados de insegurança alimentar da PNAD, a partir da proposta de Castro e pelas dimensões da obra, optou-se por comentar os dados na escala das Grandes Regiões. Entretanto, entre o estudo e as representações feitas por Castro e os dados da PNAD, que são as referências para esse trabalho, há duas diferenças que devem ser explicitadas. A primeira consiste em que as áreas alimentares apresentadas e estudadas por Castro não levam em consideração as divisões políticas administrativas e, apesar de serem cinco, número igual às do IBGE, não podem ser confundidas. A segunda diz respeito ao fato de que, apesar do IBGE (2006) dizer que a elaboração da EBIA seja baseada na proposta do USDA, a qual utiliza métodos qualitativos e que permitem a coleta de dados quantitativos que cobrem "tanto a percepção da preocupação com a insuficiência futura de alimentos quanto os problemas relativos à quantidade de calorias disponíveis, bem como a qualidade da dieta", e que os dados do IBGE levam em conta três níveis de insegurança alimentar, os mesmos não mensuram os aspectos reconhecidos por Castro como qualitativos (vitaminas, proteínas e sais minerais) e culturais, referentes aos padrões de alimentação existentes no Brasil.

No período de referência da PNAD, o Brasil estava com uma população estimada de 182 milhões de habitantes. Dentre esses, 72.259.500 (39,69%) estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que 13.929.331 foram classificados em estado de insegurança alimentar grave, ou seja, "convivem com a experiência de passar fome, com frequência que pode ter sido 'em quase todos os dias', 'em alguns dias' ou 'em um ou dois dias', nos 90 dias que antecederam a data da pesquisa" (IBGE, 2006). A maior incidência de insegurança alimentar estava presente nas regiões Nordeste e Norte, onde atingia mais de 50% da população. Os menores índices eram os da região Sul, onde 26% do efetivo humano estava em insegurança alimentar. A tabela 1 apresenta a população total residente no Brasil, a sua composição regional e a respectiva participação em cada uma das quatro categorias de (in) segurança alimentar propostas pelo IBGE.

Tabela 1 – Brasil: população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de segurança alimentar – grandes regiões – 2004

Situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	População residente						
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio					
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				Sem declaração
			Total	Leve	Moderada	Grave	
Brasil	182 060 108	109 726 116	72 259 500	32 710 717	25 619 452	13 929 331	74 492
Norte	14 434 109	6 927 743	7 503 530	2 777 517	2 825 618	1 900 395	2 836
Nordeste	50 534 403	20 753 830	29 764 801	10 571 346	11 950 417	7 243 038	15 772
Sudeste	77 577 219	53 900 172	23 651 099	13 186 988	7 301 290	3 162 821	25 948
Sul	26 697 985	19 727 967	6 953 801	3 817 416	2 156 882	979 503	16 217
Centro-Oeste	12 816 392	8 416 404	4 386 269	2 357 450	1 385 245	643 574	13 719

Fonte: IBGE, 2006.

A partir dos dados do IBGE e da concepção de que “representar os fenômenos estudados sempre foi uma necessidade básica em Geografia” (OLIVEIRA, 1978, p.17) e de que o mapa venha a ser “a própria extensão da verdade de que todo fenômeno obedece ao princípio de organizar-se no espaço” (MOREIRA, 2006, p.174), para representar os dados de insegurança alimentar da PNAD, recorre-se à cartografia temática enquanto um método de representação geográfico. A cartografia temática possibilitou a passagem da representação das propriedades do que é visto para a representação das propriedades conhecidas. Segundo Martinelli (1999, p.39), esta passagem é representada pelo fato de que “o código analítico é substituído paulatinamente por um código mais abstrato. Representam-se agora, categorias mentalmente e não mais visualmente organizadas”.

Em função dos dados estudados neste artigo se referirem a números de pessoas, como forma de representação, utiliza-se o método de representação quantitativo (MARTINELLI, 1998). Os dados referentes à insegurança alimentar e seus respectivos níveis são representados pelo método das figuras geométricas proporcionais divididas, já os dados das porcentagens de insegurança alimentar são representados através do método coroplético.

Considerando os pressupostos cartográficos estabelecidos, os dados da PNAD SA 2004 acima apresentados, resultam no mapa (figura) 01, que representa a população residente por situação de insegurança alimentar e os seus respectivos níveis de IA.

Dos dados por grandes regiões, o mapa aponta a existência de quatro grandes áreas em termos de insegurança alimentar: Sul, Sudeste/Centro-Oeste⁵, Norte e Nordeste. Considerando que, no geral, o Brasil possui 39,69% da população em IA, de imediato pode-se perceber uma grande diferença regional: a Região Sul apresenta o menor índice, 26,05%, já as Regiões Sudeste e Centro-Oeste um valor pouco superior a 30%. Por sua vez, as Regiões Norte e Nordeste apresentam valores superiores, respectivamente, de 51,98 e 58,90%.

⁵ Neste caso, em função de que o Sudeste e o Centro-Oeste se encontram na mesma classe da legenda, afirma-se que ambas formam uma área, contudo esta afirmação não deve ser estendida a outros aspectos, uma vez que cada uma das Grandes Regiões guarda particularidades.

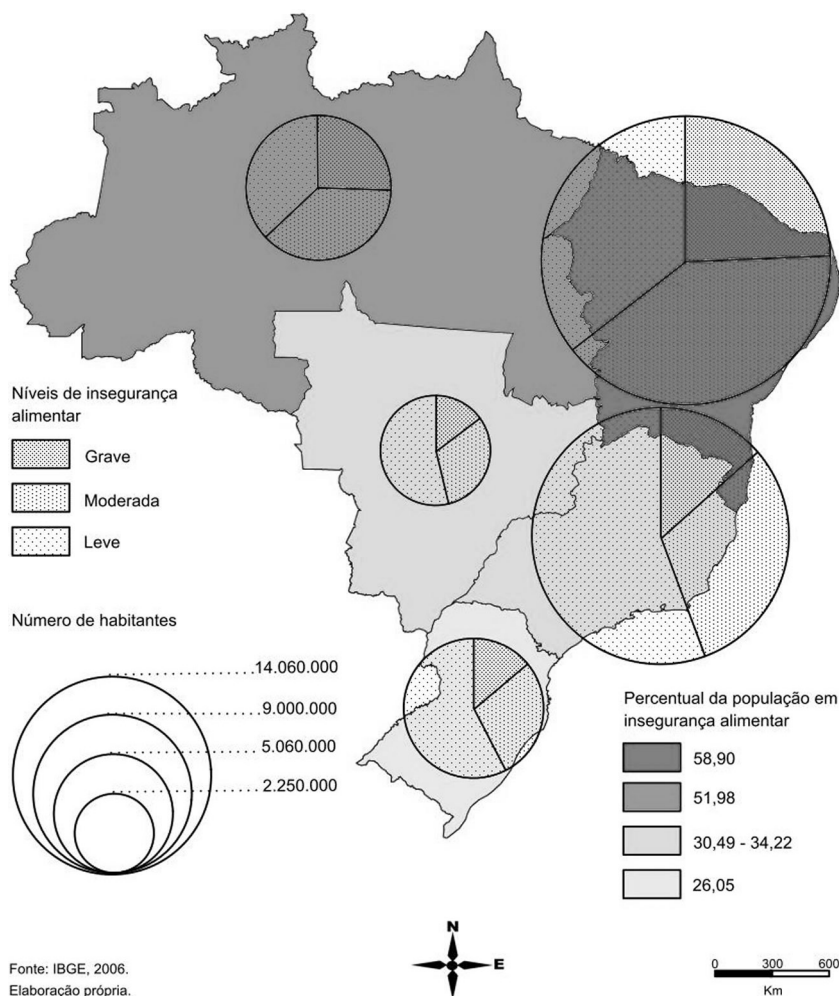


Figura 1 – Brasil: população em insegurança alimentar e níveis de insegurança alimentar – Grandes Regiões 2004

Sobre os níveis de IA, em termos de Grandes Regiões, as duas áreas ao sul, formadas pelas Regiões Sul e Sudeste/Centro-Oeste, quando comparadas às duas áreas ao norte, formadas pelo Norte e Nordeste, apresentam um menor número, em proporção à população total, de pessoas em IAG. Analisando os dois extremos de IA por grandes regiões, dos moradores em IA, na Região Sudeste, 13,37% e 30,87% são respectivamente os valores de IAG e IAM, o que totaliza 44,24%, enquanto na Região Nordeste, 24,33% estão em IAG e 40,15% em IAM, o que totaliza 64,48%. Desta forma, observa-se que quando aumenta a IA, mais graves são os seus níveis, ou seja, quanto maior o número de pessoas que estão em IA, a intensidade da insegurança é maior.

O que reforça a última afirmação é o fato de que mesmo quando comparadas as quatro áreas, se o aumento da população em IA não significa aumento na proporção da população em IAG (a Região Nordeste apresenta valor de IAG menor que o Norte e o Sudeste menor que o Sul, fato associado à grande diferença em termos de população total, uma vez que ambos, Nordeste e Sudeste, possuem uma população consideravelmente superior, respectivamente, às Regiões Norte e Sul e, desta forma, este maior contingente populacional dissolve a população em IAG dentro desta maior população total, o que vai resultar em um percentual de população em IAG menor), mesmo assim, o número absoluto de pessoas em IAG é maior. Fato que não escapa à representação temática, uma vez que a área correspondente de um percentual menor, de uma população maior, pode ser maior do que de uma população menor com um percentual maior. Assim, demonstra-se que nas Grandes Regiões Sudeste e Nordeste, quando comparadas, respectivamente, com as Grandes Regiões Sul e Norte, as condições de insegurança alimentar são mais graves.

É recorrente encontrar autores que consideram o Nordeste em condições sociais bem mais precárias do que o restante do país, conclusão que se confirma ao observar o conjunto dos dados da PNAD. A Região Nordeste concentra 27,7% da população total do Brasil e 51,9% dos brasileiros em IAG. Por isso, autores como Monteiro (2003), chegam a recomendar, em termos de políticas públicas, maior atenção para o Nordeste. Entretanto, olhando em termos globais os dados da PNAD 2004 SA, o Nordeste concentra o dobro de população em IAG do que o Sudeste, que por sua vez possui um valor muito próximo do que apresentam as Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste somadas.

O Sudeste possui uma população de 1,43 vezes em relação ao somatório das últimas três regiões. Em números de população residente, a Região Sudeste concentra 10.464.111 de habitantes em IAG e IAM, número que, quando visado em termos relativos, acaba sendo um tanto escamoteado pelo grande contingente populacional total concentrado nas duas maiores cidades do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. Por esse prisma percebe-se que o Sudeste também concentra uma grande população merecedora de “atenção”, uma vez que concentra 22,7% da população brasileira em IAG. Destarte, olhando o Brasil em termos globais, e lembrando Castro (2006, p.35) que considera que mais importante que a intensidade da fome seja a extensão numérica em que incide sobre a população e, ao contrário de Castro, se considerando que mais importante que os números relativos são os números totais, o Nordeste e o Sudeste são as Grandes Regiões brasileiras que concentram os maiores problemas em relação à IAG.

A Região Sudeste é a grande expressão do Meio Técnico-Científico-Informacional (SANTOS, 2002 e SANTOS; SILVEIRA, 2006), concentra as grandes empresas que, quando não possuem seus parques instalados nesta região, possuem as sedes administrativas que ditam ações para o restante do território nacional. No Sudeste estão os maiores PIBs, as maiores rendas, os maiores índices de consumo, as altas taxas de industrialização e comércio, a maior concentração de universidade e, contraditoriamente, é onde está também um número considerável de indivíduos que sofrem privações e sentem-se, frente às condições alimentares, na impossibilidade da manutenção da própria vida, ou seja, passam fome.

Na atualidade, o que Mészáros chama de globalização do desemprego, indica que não há espaços para princípios humanos e que o desemprego se tornou condição da reprodução do sistema. Dentro desta lógica, a busca do lucro e da acumulação não “pode se restringir segundo princípios racionais e humanamente gratificantes” (MÉSZÁROS, 2006, p.32). Nesse sentido, pode-se dizer que, se a atenção aos sofrimentos humanos não é prioridade desse modelo societário ao qual se refere Mészáros, uma solução radical para o problema da fome, também parece não sê-la. E, relembrando a passagem já citado de Marx, a fome é o que impede qualquer exteriorização essencial dos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como síntese provisória, pode-se afirmar que uma porção ao norte do Brasil (as Regiões Norte e Nordeste) possui um maior percentual de população em IA, ultrapassando os 50%. Entretanto, se por um lado, em termos relativos, nessas duas Regiões estão as piores situações, por outro, partindo do princípio de que mais importante que os números relativos são os números absolutos (de fato as pessoas em IA), em termos absolutos, a Região Sudeste possui um grande contingente populacional em IA, aproximando-se do Nordeste, Região que apresenta os maiores números do Brasil. No entanto, há de se ressaltar que, em relação aos níveis de IA, as Regiões Nordeste e Sudeste possuem diferenças consideráveis: enquanto no Nordeste, 24,33% e 40,15% estão em IAG e IAM, no Sudeste são 13,37% e 30,87%, respectivamente.

Em relação ao proposto por Castro na *Geografia da fome*, existem aspectos que permanecem fazendo sentido, pois onde frisou serem áreas de fome endêmica e epidêmica, ou seja, onde estavam as piores situações alimentares, na PNAD SA permanecem sendo, em termos geográficos, a localização dos maiores índices de IA e dos maiores níveis de IA. Acrescenta-se a isso o fato de que, quando Castro, em 1946, afirmou que no Brasil existiam duas áreas de fome (Amazônica e Nordeste Açucareiro), fez esta designação a partir da consideração de que mais de 50% da população apresentava "nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição" (CASTRO, 2006, p.35). Chegando a PNAD 2004 verifica-se, resguardadas as distinções entre a definição de fome de Castro, da de IA do IBGE e a delimitação regional administrativa, que as Grandes Regiões Norte e Nordeste possuem mais de 50% da população em IA.

Entre a *Geografia da fome* e a PNAD SA ocorreram modificações que levaram a duas conjunturas distintas, entretanto, ambas regidas, majoritariamente, por interesses de mercado. A primeira, saindo da Segunda Guerra Mundial, prestes ao início do chamado mundo bipolar, a segunda, de supremacia do capitalismo e em meio a um amplo processo de reestruturação do capital, próximo a meados do período que separa a *Geografia da fome* da PNAD SA. O que também distingue estes dois momentos é o considerável avanço do processo de internacionalização do modo de produção capitalista, possibilitado, entre outros fatores, pela dispersão global de um aparato técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002; 2008), formando o que Santos (2005) diz se tratar de uma globalização econômica, que resulta, numa análise crítica, na "globalização do desemprego" (MÉSZAROS, 2006, p.27) e na "globalização da pobreza" (CHOSSUDOVSKI, 1999).

No Brasil, estas questões implicam na perpetuação do fenômeno da fome, não mais a fome das secas, como explicado por Castro, mas na fome resultante de um modo de produção. Assim, se o fenômeno do colonialismo, das guerras mundiais e das epidemias teve papel importante na configuração das condições denunciadas pelo autor, atualmente, pode-se dizer que estes parecem ter cada vez menos importância para explicar a ocorrência da fome, a começar porque no período atual "a fome deixa de ser fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente" (SANTOS, 2008, p.59). A fome continua sendo, e cada vez mais, um produto de criação humana, "um fenômeno social" (CASTRO, 2006, p.32). Entretanto, contemporaneamente, não pode ser dissociada do modo de produção capitalista, da forma como a globalização do capital imprime vontades alheias ao local.

A respeito da fome no Brasil e no mundo pós 2004, o que pode ser dito? No Brasil, em setembro e outubro de 2007, como forma de conhecer as repercussões do Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, o IBASE entrevistou 5 mil titulares do programa. A conclusão foi de que, apesar do aumento declarado no consumo de alimentos pelos beneficiados Programa, de um total de 49.700.000 pessoas, 16,9% estão em SA, 28,3% em IAL, 34,1% em IAM e 20,7% em IAG. Estes dados, quando comparados aos da PNAD SA 2004, sobretudo em IAG e IAM, não apresentam grandes mudanças, lembrando:

pela PNAD 13,9 milhões estavam em IAG e 25,6 milhões em IAM, enquanto pelo IBASE, são 11,5 e 18,3 milhões, respectivamente.

Com dados da FAO de 2006, Abramovay (2008) diz que a fome, no Brasil, não chega a 9% da população, daí considera que a fome perdeu nos dias de hoje a natureza avassaladora que marcou sua presença na vida social do século XX. A fome parece não ser tão explícita como outrora, entretanto, atinge um número cada vez maior de pessoas. Como visto, no Brasil, em 2004 eram quase 40% em IA. Retomando Castro, a fome global não é o pior dos males, mas sim a fome parcial. Assim, parece que o maior problema não está nos que não comem, o que de fato, cada vez mais parece ser um número menor, mas na grande maioria dos que comem todos os dias e não são saciados, pois não ingerem quantitativa e qualitativamente o suficiente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. **Revista de economia e sociologia rural**, Brasília v. 3 e 4, p. 1 – 13, 1996.

ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2704 – 2709, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. A atualidade do pensamento de Josué de Castro. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 2004. Cap. 5, p. 111 – 118.

ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 183p.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de geografia humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957. 282p.

CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 154p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. 318p.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. 527p.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960. 171p.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999. 320p.

DANTAS, Araújo. Ouvindo Josué de Castro. In: CASTRO, Josué. **Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. Cap.4, p. 111 – 115.

FAO. **Les victimes de la faim plus nombreuses que jamais**. Roma: FAO, 2009. Disponível em <www.fao.org>. Acesso em 20 de junho de 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 218p.

GUIDI, Giovanni. **Estética da fome**. Disponível em: <www.overmundo.com.br>. Acesso em 25 de dezembro de 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998. 349p.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em <www.ibase.br>. Acesso em 22 de setembro de 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 139p.

IC. **Projeto Fome Zero – Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. Disponível em <www.icidadania.org.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2008.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954. (vol I). 390p.

MARTINELLI, Marcello. **As representações gráficas da geografia: Os mapas temáticos**. Tese (livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

MARTINELLI, Marcello. **Gráficos e mapas: Construa-os você mesmo**. São Paulo: Moderna, 1998. 120p.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos (terceiro manuscrito). In: MARX, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. 163 – 208p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 138p.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. Cap.2, p. 27 – 44.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7 – 20, 2003.

OLIVEIRA, Livia. **Estudo cognitivo do mapa**. São Paulo: IG/USP, 1978. (Série teses e monografias). 128p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005. 572p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 174p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 471p.

SAWAYA, Ana Lydia et al. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 21 – 44, 2003.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439 – 440, 2005.

Recebido em abril de 2011

Revisado em agosto de 2011

Aceito em agosto de 2011